

LEI COMPLEMENTAR Nº 69, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005



**INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL, O
CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VOLNEI JOSÉ MORASTONI, Prefeito de Itajaí. Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Seção I
Dos Objetivos

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento com objetivo de dar suporte financeiro e gerir os recursos destinados às ações de desenvolvimento rural, que são ou virão a ser executadas ou coordenadas pelo poder público municipal, compreendendo-se:

- I - Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- II - Programa de Verticalização da Produção Familiar;
- III - Fomento Agropecuário;
- IV - Extensão Rural;
- V - Abastecimento e Segurança Alimentar;
- VI - Agro-eco-turismo;
- VII - Produção de Alimentos;
- VIII - Outros programas que vierem a ser criados.

Seção II

Da Subordinação do Fundo

Art. 2º O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural ficará subordinado diretamente ao Secretário de Agricultura e Abastecimento, na condição de gestor.

Art. 3º São atribuições do gestor do Fundo:

I - gerir o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e estabelecer política de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

II - acompanhar, avaliar e decidir sobre realização das ações previstas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

III - submeter ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - submeter ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;

V - encaminhar à Secretaria de Fazenda as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI - subdelegar competência aos responsáveis pela execução das ações de desenvolvimento rural;

VII - assinar cheques com o responsável pela tesouraria, quando for o caso;

VIII - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IX - firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Chefe do Poder Executivo, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

Seção III

Da Coordenação do Fundo

Art. 4º São atribuições do Coordenador do Fundo:

I - preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário de Agricultura e Abastecimento;

II - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

III - manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Secretaria de Administração, os controles necessários sobre os bens patrimoniais vinculados ao Fundo;

IV - encaminhar à Secretaria de Fazenda:

- a) mensalmente, os demonstrativos de receitas e despesas;
- b) trimestralmente, os inventários de estoques de insumos;
- c) anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo;

V - firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações integradas de desenvolvimento rural para serem submetidos ao Secretário de Agricultura e Abastecimento, gestor do Fundo;

VII - providenciar junto à Secretaria de Fazenda, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural;

VIII - apresentar, ao Secretário de Agricultura e Abastecimento, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural detectada nas demonstrações previstas neste artigo;

IX - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços.

Seção IV Dos Recursos do Fundo

Subseção I Dos Recursos Financeiros

Art. 5º São receitas do Fundo:

I - as dotações constantes do orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e as transferências financeiras efetuadas pelo Município;

II - as transferências financeiras intergovernamentais;

III - o produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

IV - o rendimento e juros provenientes de aplicações financeiras;

V - o produto da arrecadação de taxas, multas e juros de mora;

VI - o produto da arrecadação da comercialização de insumos agropecuários;

VII - as doações em espécie feitas diretamente ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural;

VIII - os recursos decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos considerados inservíveis de propriedade do Fundo;

IX - pagamentos de empréstimos concedidos com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e dos serviços prestados pela Patrulha Mecanizada destinados a melhoramentos da atividade agropecuária no Município;

X - os recursos provenientes de pagamento de serviços realizados pela patrulha mecanizada;

XI - cobrança de ingressos em festas e eventos promovidos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento ou das quais ela for parceira;

XII - outros recursos de qualquer origem lícita, que lhe sejam transferidos.

§ 1º Os saldos financeiros do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, apurados no balanço do final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

§ 2º As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 3º A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - da exigência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II - de prévia aprovação do Secretário de Agricultura e Abastecimento.

Subseção II Dos Ativos do Fundo

Art. 6º Constituem ativos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural:

I - disponibilidade monetária em bancos ou em caixa especial oriunda das receitas específicas;

II - direitos que porventura vier a constituir;

III - bens móveis e imóveis que forem destinados às ações de desenvolvimento rural do

Município.

Subseção III Dos Passivos do Fundo

Art. 7º Constituem passivos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, as obrigações de qualquer natureza, que por ventura o Município venha a assumir, para a execução do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Seção V Do Orçamento e da Contabilidade

Subseção I Do Orçamento

Art. 8º O orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural evidenciará o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, as políticas governamentais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e o equilíbrio.

§ 1º O orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Subseção II Da Contabilidade

Art. 9º A contabilidade do Fundo será organizada de forma a permitir o comércio das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente, e, de informar, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 10 A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º Entende-se por relatório de gestão, os balancetes mensais de receita e de despesa do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e demais demonstrações, exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

Seção VI

Da Execução Orçamentária

Subseção I Da Despesa

Art. 11 Constitui despesa do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural:

I - financiamento total ou parcial das ações de desenvolvimento rural;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas ou contratadas;

III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de desenvolvimento rural;

VI - promoção de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em desenvolvimento rural;

VII - atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de desenvolvimento rural mencionados no artigo 1º desta lei;

VIII - pagamento de subvenções e equalização de taxas de juros.

Subseção II Das Receitas

Art. 12 A execução orçamentária das receitas processar-se-á através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta lei.

Art. 13 O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural terá vigência ilimitada.

~~CAPÍTULO II~~

~~DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL~~

~~Seção I Da Natureza~~

Art. 14 ~~Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural como órgão deliberativo responsável pelas ações de desenvolvimento rural previstas no artigo 1º desta lei. (Revogado pela Lei Complementar nº 315/2017)~~

~~Seção II~~ ~~Da Competência~~

Art. 15 ~~Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:~~

- ~~I – deliberar sobre a Política Municipal de Desenvolvimento Rural, propondo as medidas que julgar necessárias ao desenvolvimento de seus princípios e diretrizes;~~
- ~~II – elaborar calendário de atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;~~
- ~~III – sugerir medidas ao executivo nos assuntos de sua competência;~~
- ~~IV – aprovar, avaliar e fiscalizar a execução orçamentária do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural;~~
- ~~V – redigir e elaborar o seu regimento interno, a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo. (Revogado pela Lei Complementar nº 315/2017)~~

~~Seção III~~ ~~Da Estrutura~~

Art. 16 ~~O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído por membros titulares e suplentes indicados por entidades e órgãos representativos da comunidade, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.~~

~~Parágrafo Único. Os membros titulares do Conselho serão substituídos em suas ausências pelos suplentes designados e nomeados. (Revogado pela Lei Complementar nº 315/2017)~~

Art. 17 ~~O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será composto por:~~

- ~~I – 04 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal;~~
- ~~II – 01 (um) representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina – EPAGRI;~~
- ~~III – 01 (um) representante da CIDASC/SC;~~
- ~~IV – 02 (dois) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itajaí;~~
- ~~IV – 06 (seis) representantes dos trabalhadores rurais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 122/2007)~~
- ~~V – 04 (quatro) representantes dos trabalhadores rurais. (Suprimido pela Lei Complementar nº 122/2007)~~

~~§ 1º Os trabalhadores rurais a que se refere o inciso V deste artigo serão indicados pelas comunidades rurais e escolhidos em assembleias locais convocadas especialmente para esse fim.~~

~~§ 2º A convocação das assembleias locais previstas no parágrafo anterior, que escolherão os trabalhadores rurais para o primeiro mandato, será realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e demais Associações Agrícolas do Município de Itajaí.~~

~~§ 1º Os trabalhadores rurais a que se refere o inciso IV do caput serão indicados pelas~~

~~comunidades rurais e escolhidos em assembleias locais convocadas especialmente para esse fim.~~

~~§ 2º A convocação das assembleias locais previstas no § 1º, que escolherão os trabalhadores rurais será realizada através das Associações Agrícolas do Município de Itajaí, conforme deliberação do Conselho. (Redação dada pela Lei Complementar nº 122/2007) (Revogado pela Lei Complementar nº 315/2017)~~

Art. 18 ~~O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será de 2 (dois) anos, admitindo-se recondução por idêntico período.~~

~~§ 1º Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural não serão remunerados, sendo os seus serviços considerados de relevância para a comunidade.~~

~~§ 2º Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural permanecerão em exercício até a nomeação e posse da nova composição. (Revogado pela Lei Complementar nº 315/2017)~~

Art. 19 ~~O Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será escolhido pelos seus membros efetivos. (Revogado pela Lei Complementar nº 315/2017)~~

Art. 20 ~~A organização funcional e o detalhamento das competências do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serão definidos em regimento próprio. (Revogado pela Lei Complementar nº 315/2017)~~

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 01 de dezembro de 2005

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí